

AGRESSÃO

Delegado reage a ataques de advogado

Para o defensor de Pedro Turra, o titular da 38ª DP mentiu, agiu de forma midiática e induziu o Ministério Público a erro no caso que apura a morte de Rodrigo Castanheira. Policial disse que adotará medidas judiciais

» PAULO GONTIJO
» CARLOS SILVA
» ANA MARIA CAMPOS

Em entrevista exclusiva ao **Correio**, a defesa do ex-piloto de Fórmula Delta Pedro Arthur Turra Basso, de 19 anos, indiciado por agredir o adolescente Rodrigo Castanheira, 16, fez duras críticas à condução do inquérito policial e à atuação do delegado responsável pelo caso, Pablo Aguiar, titular da 38ª Delegacia de Polícia (Vicente Pires). Rodrigo morreu no sábado, após 16 dias internado, em coma devido a um traumatismo craniano provocado pelas agressões sofridas na madrugada de 23 de janeiro, na saída de uma festa.

Segundo o advogado Daniel Kaefer, que representa Pedro Turra — preso preventivamente em uma cela individual na Papuda —, o inquérito estaria sendo utilizado como plataforma política, e o titular da 38ª DP agiu visando à espetacularização do caso por “pretensão eleitoreira”. Para Kaefer, as ações de Pablo Aguiar tiveram influência nas investigações e induziram o Ministério Público ao erro. “O delegado mentiu”, acusou.

O defensor traçou, ainda, um perfil pessoal de Pedro Turra, em contraponto à imagem pública do agressor. “Pedro é um jovem amoroso, criado com afeto pela mãe, que assumiu responsabilidades muito cedo, após a perda do pai aos 3 anos de idade. Não corresponde, de forma alguma, ao rótulo que lhe foi atribuído publicamente”, garantiu.

Procurado pela reportagem, Aguiar rebateu as críticas à condução das investigações sobre a morte de Rodrigo Castanheira. Segundo ele, as declarações que colocam em dúvida o trabalho da Polícia Civil não correspondem aos fatos apurados. “O inquérito sempre foi conduzido com muita responsabilidade técnica, que é primordial no nosso trabalho, e sem parcialidade para qualquer lado, sempre na busca da verdade”, destacou.

Aguiar ressaltou que a PCDF atuou dentro dos limites da lei e que todas as providências cabíveis foram adotadas, conforme os elementos disponíveis à época. Para ele, acusações genéricas contra a atuação policial precisam ser comprovadas. “Quem afirma esse tipo de coisa, em verdade, deverá provar em juízo e responder criminalmente por essa afirmação”, completou.

O delegado reforçou que a PCDF permanece à disposição das autoridades judiciais e do Ministério Público e que o trabalho policial não pode ser deslegitimado por versões que, segundo ele, não encontram respaldo nos autos. “Nosso compromisso é com a técnica, com a legalidade e com a verdade dos fatos”, concluiu.

Luto

A morte de Rodrigo Castanheira provocou forte comoção entre familiares e amigos. O tio do adolescente, Flávio Fleury, descreveu a dor vivida pela família desde a confirmação da morte cerebral.

“A família não consegue assimilar. A notícia de sábado foi extremamente difícil e pesada. Eu tinha esperanças de que o Rodrigo iria sair dessa sem sequelas”, lamentou. Segundo ele, a mãe do jovem

Ed Alves CB/DA Press



“Quem afirma esse tipo de coisa deverá provar em juízo”, diz Pablo Aguiar

está devastada. “Ela perdeu o chão. Está com um olhar distante, sem rumo. Ver aquele olhar dói muito. O Rodrigo era companheiro de todas as horas, e essa ausência vai fazer muita falta”, contou.

De acordo com Flávio, o sobrinho tinha planos e sonhos, que foram interrompidos de forma brutal. “O Rodrigo tinha uma perspectiva de futuro brilhante, e isso foi arrancado dele”, afirmou.

O foco da família, agora, é a responsabilização criminal de todos os envolvidos. “Nosso principal foco é a justiça. Queremos que os outros participantes respondam pelo crime que o Pedro já começou a responder”, assinalou o tio.

Sobre a possibilidade de doação de órgãos, Flávio explicou que uma equipe médica realizou avaliações, mas o procedimento não foi autorizado. Segundo ele, os próprios profissionais descartaram a doação após constatarem que Rodrigo havia recebido uma grande quantidade de medicamentos durante o período de internação, o que inviabilizou o processo.

Entre os amigos do adolescente, o sentimento é de luto, insegurança e falta de respostas. Uma amiga de Rodrigo, que preferiu não se identificar, afirmou que o grupo vive dias de angústia. “Estamos muito tristes com tudo o que aconteceu, e pela forma como aconteceu. Temos muitas dúvidas, sem respostas, e até mesmo medo”, relatou.

Outro amigo, que também preferiu o anonimato, comentou: “O Rodrigo era um grande amigo. Tentei ajudar como pude. Doe sangue, participei das orações, mas, infelizmente, ele não resistiu”, lamentou.

Arquivamento

O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) pediu o arquivamento do inquérito que apura a agressão sofrida

Paulo Gontijo/CB/D.A Press



Pedro Turra teve a prisão preventiva decretada em 23 de janeiro e depois foi levado para a Papuda

por Arthur Azevedo Valentim, em junho de 2025, em Águas Claras. A solicitação foi apresentada após a conclusão das diligências iniciais pela PCDF, que reuniu os depoimentos da vítima e do autor, Pedro Turra, além do laudo do Instituto Médico Legal (IML). Segundo o MP, não foi possível avançar na persecução penal diante da ausência de novos elementos probatórios e da dificuldade de localização da

Redes sociais



Delegado tem “pretensão eleitoreira”, acusa Kaefer

Em contato telefônico, afirmou que houve apenas um empurrão e uma luta corporal breve. “Em nenhum momento teve socos e não bati em Arthur”, declarou. O investigado alegou que o desentendimento teria sido motivado por provocações anteriores envolvendo a namorada dele, versão que não foi confirmada por outros depoimentos ou provas materiais.

O pedido de arquivamento do MPDFT foi questionado pela defesa da vítima. Segundo o advogado Vinícius Maia, que se habilitou no processo após a manifestação ministerial, o arquivamento foi solicitado porque Arthur não foi localizado no endereço informado inicialmente. De acordo com o advogado, Arthur deixou Brasília após a agressão por receio de sofrer novas ameaças, mas não atualizou formalmente seus dados junto à delegacia ou ao Judiciário. “Ele se mudou após a agressão e não atualizou o endereço por medo de ser perseguido”, explicou.

Ainda segundo Maia, o pedido de arquivamento não encerra definitivamente o caso. “Já me habilito no processo e fiz a solicitação para prosseguimento da ação, que será determinada pelo juiz”, disse o advogado. De acordo com ele, a vítima manifestou, desde o início, interesse na continuidade da apuração criminal. “O processo seguirá normalmente”, afirmou Maia, destacando que a decisão final sobre o arquivamento cabe ao Judiciário. Procurado pelo **Correio**, o MPDFT não se manifestou sobre a possibilidade de reversão do arquivamento até o fechamento desta edição.

Em carta, a mãe de Arthur, Amanda Azevedo, manifestou repúdio pela lentidão no andamento do processo. “Seis meses se passaram e nunca fomos chamados à delegacia. [...] Mal há justiça para quem morre; imagine para quem sofre uma agressão.” Ela também falou sobre a morte de Rodrigo Castanheira. “Como mãe, sinto alívio porque meu filho escapou e compaixão pela mãe que hoje enterra o seu.”

Memória

Rodrigo Castanheira foi agredido por Pedro Turra na madrugada de 23 de janeiro, na saída de uma festa, em Vicente Pires. Ainda pela manhã, o ex-piloto foi preso em flagrante e liberado após o pagamento de fiança no valor de R\$ 24,3 mil.

Diante do agravamento do estado de saúde da vítima e das suspeitas de interferência nas investigações, a Justiça decretou, em 29 de janeiro, a prisão preventiva de Turra. Pedidos de habeas corpus apresentados pela defesa ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) foram negados. No sistema prisional, o indiciado foi transferido para uma cela individual após alegações de risco à sua integridade física.

Com a confirmação da morte cerebral de Rodrigo Castanheira, em 7 de fevereiro, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) encaminhou o inquérito da Promotoria de Justiça Criminal de Taguatinga para a 1ª Promotoria Criminal e do Juri de Águas Claras, ao entender que, no mínimo, há indícios de dolo eventual, quando o agente assume o risco de matar, mesmo sem desejo diretamente o resultado. O caso segue sob análise do Tribunal do Juri.